



**GRUPO DE TRABALHO (GT-EDUCAÇÃO/ASPROLF)**

**ANÁLISE DAS NARRATIVAS DOS PROFESSORES  
RELACIONADAS AO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**Lauro de Freitas – BA**

**2020**



## **GRUPO DE TRABALHO (GT-EDUCAÇÃO/ASPROLF)**

# **ANÁLISE DAS NARRATIVAS DOS PROFESSORES RELACIONADAS AO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Relatório técnico-analítico apresentado à Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas (SEMED-BA) fruto de pesquisa realizada com as trabalhadoras e trabalhadores de educação, por ocasião da suspensão das aulas devido à pandemia da COVID-19, sob coordenação do Diretor de Assuntos Educacionais da ASPROLF-SINDICATO, Prof. Me. Washington Cardoso Junior.

**Lauro de Freitas – BA**

**2020**

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Total de participantes da pesquisa por segmento	9
Tabela 2 – Frequência das ações propostas para a Educação de Jovens e Adultos	25

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Total de participantes da pesquisa por segmento	10
Gráfico 2 – Caminhos e/ou soluções para o período de distanciamento social (Educação Infantil)	12
Gráfico 3 – Problemas e/ou dificuldades para o acesso à educação no período de distanciamento social (Educação Infantil)	15
Gráfico 4 – Caminhos e/ou soluções para o período de distanciamento social (EF-Anos Finais)	23
Gráfico 5 – Problemas e/ou dificuldades para o acesso à educação no período de distanciamento social (EF-Anos Finais)	24
Gráfico 6 – Caminhos e/ou soluções para o período de distanciamento social (EJA)	26
Gráfico 7 – Problemas e/ou dificuldades para o acesso à educação no período de distanciamento social (Educação Especial e Inclusiva)	31
Gráfico 8 – Problemas e/ou dificuldades para o acesso à educação no período de distanciamento social (Educação Especial e Inclusiva)	31

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>ASPROLF</b>	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Lauro de Freitas
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CNTE</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores/as em Educação
<b>COVID</b>	<i>Corona Virus Disease</i>
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>EAD</b>	Educação a Distância
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FUNDEB</b>	Fundo Nacional da Educação Básica
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>LBI</b>	Lei Brasileira de Inclusão
<b>LD</b>	Livro Didático
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>RMS</b>	Região Metropolitana de Salvador
<b>SARS-COV2</b>	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>
<b>SEMED</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>TICE's</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação voltadas à Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL</b>	<b>7</b>
2.1	EDUCAÇÃO INFANTIL	10
2.2	ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS	17
2.3	ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	18
2.4	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	24
2.5	EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	27
<b>3</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>35</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>36</b>
	<b>APÊNDICE A – Equipe Técnica</b>	<b>37</b>
	<b>APÊNDICE B – Formulário para registro da narrativa docente</b>	<b>40</b>
	<b>APÊNDICE C – Plano de Ação – Geral</b>	<b>43</b>
	<b>APÊNDICE D – Plano de Ação – Educação Infantil</b>	<b>45</b>
	<b>APÊNDICE E – Plano de Ação – Ensino Fundamental (Anos Iniciais)</b>	<b>46</b>
	<b>APÊNDICE F – Plano de Ação – Ensino Fundamental (Anos Finais)</b>	<b>47</b>
	<b>APÊNDICE G – Plano de Ação – Educação de Jovens e Adultos (EJA)</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) direcionado ao âmbito pedagógico foi criado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Lauro de Freitas (ASPROLF-SINDICATO). Como intuito primordial, objetiva-se acompanhar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas (SEMED) e apontar sugestões para mitigar os efeitos do distanciamento social. Além disso, assegurar o direito à educação, bem como a integridade dos profissionais e demais membros da comunidade escolar.

O grupo é integrado por trabalhadores/as da rede, dentre eles/elas: Alana de Oliveira Carneiro, Anderson Souza Neves, Ângelo Castro, Débora da Cruz Santos, Lúcia Sacramento Costa, Marcelo Nogueira de Assunção Lefundes, Patrícia Raquel de Sousa, Raquel dos Anjos, sob a coordenação do professor e diretor sindical Washington Cardoso Junior.

Tendo em vista o enriquecimento deste trabalho, profissionais de diferentes segmentos e modalidades de ensino foram convidados a relatarem, através de um formulário (vide Apêndice B, p. 40) disponibilizado em meio virtual, suas ideias, ações e dificuldades acerca da educação municipal pública, em tempos de pandemia. Nestes relatos, os/as trabalhadores/as responderam dois questionamentos: o primeiro acerca dos possíveis caminhos vislumbrados para que as atividades de ensino e aprendizagem fossem mantidas neste período e o segundo, sobre a descrição dos entraves percebidos que repercutiriam neste processo.

Para auxiliar os profissionais da educação, esclarecendo quaisquer dúvidas relativas às questões apresentadas, criou-se um grupo virtual, via *WhatsApp*, para responder ao questionário. Deste modo, percebeu-se o anseio dos professores no que tange às ações realizadas pela Prefeitura de Lauro de Freitas, assim como a organização da classe de educadores quanto ao período de pandemia e pós-pandemia.

Com uma interpretação pautada nas ações estratégicas da ASPROLF-SINDICATO, em articulação expressa com os setores da sociedade comprometidos com a defesa do direito à educação, cuja síntese converge na bandeira de uma escola pública, gratuita, laica e democrática, (re)afirmamos nosso compromisso com um projeto educacional popular e emancipador.

Nossa participação no sindicalismo do ramo da educação pública, em especial da Confederação Nacional dos Trabalhadores/as em Educação (CNTE), articulada com a

sociedade civil, é pautada na premissa de que o aspecto fundamental para a configuração dos movimentos sociais é o desenvolvimento de um projeto pedagógico (GOHN, 1999).

Um setor da sociedade civil ganha contornos de um movimento social a partir de um projeto pedagógico definido e, o que enquadra um sindicato no universo dos movimentos sociais é o projeto pedagógico expresso na vivência cotidiana dos processos de militância. Enquanto os Conselhos Profissionais ou Ordens defendem prerrogativas a um contingente restrito – de médicos/as, psicólogos/as, advogados/as, educadores/as físicos e outros – os sindicatos reivindicam a defesa estratégica do conjunto da classe trabalhadora.

Na definição do processo educativo, as entidades sindicais referenciadas na tradição histórica apontada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizam os/as trabalhadores/as em Sindicatos por ramo de atividade, como parte do projeto que visa transcender as pautas corporativas e estimular a solidariedade da classe trabalhadora.

Dentro dessa perspectiva, nos termos anunciados por Brandão (2006), advogamos o horizonte de uma **pesquisa militante**, na sistematização dos dados que fundamentam a nossa análise e elaboração de um plano de ação pautado nessas escutas. A implicação das mulheres e homens que constroem esse texto nos conduz a urgência em demarcar a perspectiva crítica da educação descrita por Paro (2018), como processo de **atualização histórica do homem** no qual a escolarização (educação formal) exerce nas sociedades ocidentais o papel de incorporação crítica do **conhecimento poderoso** e o empoderamento do saber científico historicamente acumulado (SAVIANI, 2011, grifos nossos).

Esse esforço em produzir uma reflexão sobre um espaço formativo em que estamos implicados como representantes da ASPROLF-SINDICATO vai ao encontro da premissa da Pedagogia da Autonomia de Freire, da recusa a um olhar **acinzentadamente imparcial**, ao mesmo tempo em que afirmamos o compromisso e a defesa de uma posição **rigorosamente ética** na observação da realidade. (FREIRE, 2007, grifos nossos). É a partir da afirmação da implicação coletiva que propomos refletir acerca dos caminhos para a educação municipal, nessa realidade complexa, sob a perspectiva de sujeitos atuantes, comprometidos com uma abordagem contra-hegemônica.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

O contexto da educação no município de Lauro de Freitas enfrenta diversos problemas que estão quantitativamente expostos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), revelando que a educação no município não vem alcançando as metas projetadas. Dados do QEdu<sup>1</sup>, que analisa os resultados da Prova Brasil, apontam que em 2017, apenas 22% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental da rede municipal demonstraram aprendizado adequado em Português e, apenas 7% dos/as estudantes, apresentaram aprendizado adequado em Matemática.

Consoante a esses dados, os índices de evasão e distorção idade/série também são preocupantes. Sabemos que as desigualdades já eram existentes antes da pandemia e do distanciamento social, mas, dentro da rotina escolar, em seu caráter presencial, todos os estudantes possuem os mesmos acessos, independentemente de sua origem social.

A notificação oficial do primeiro caso de COVID-19 no Brasil<sup>2</sup>, em 26 de fevereiro; a regulamentação dos critérios de isolamento e quarentena pelo Ministério da Saúde, no dia 13 de março; e posterior suspensão das atividades escolares presenciais nos Sistemas de Educação do país ocorreram em menos de trinta dias.

A celeridade das ações de controle de circulação de pessoas – suspensão e/ou controle do transporte intermunicipal, toques de recolher, suspensão das aulas e fechamento do comércio – demonstram o tamanho da crise sanitária cujas dimensões são globais. Segundo dados da Unesco<sup>3</sup>, órgão vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU) para educação e cultura, essa crise deixou aproximadamente 1,3 bilhões de alunos/as sem aulas, o que corresponde a 73,8% das matrículas em estabelecimentos de ensino. Esses números superlativos advêm da confirmação histórica em que a educação escolar se tornou um fenômeno de massas, a partir do final do século XIX, da gradativa ampliação da população escolarizada e da cobertura escolar como parte do projeto político de legitimação dos Estados Nacionais, ao longo do século XX.

Para a realidade brasileira é importante demarcar que apesar dos elementos estruturais de (re)produção das desigualdades (escravidão e concentração da terra)

---

<sup>1</sup> Dados extraídos do site <<https://qedu.org.br/>> Acesso em: ago. 2020.

<sup>2</sup> Dados extraídos do site <<https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>> Acesso em: ago. 2020.

<sup>3</sup> Dados extraídos do site <<https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/socioemocionais-para-criises/estudos-educacao-e-impacto-coronavirus.html>> Acesso em: ago. 2020.

resultarem na universalização tardia do ensino fundamental, início do século XXI, assim como uma dualidade estrutural que convive na realidade concreta, dois modelos de escola (a dos ricos e a dos pobres) são perceptíveis, como também, um avanço na cobertura e nas modalidades ofertadas nos diversos Sistemas Municipais e Estaduais de Educação, criados a partir da Constituição Federal de 1988.

Como resposta aos primeiros casos da doença na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas anunciou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino público e privado por meio do decreto municipal Nº 4.592/2020, de 16 de março de 2020, publicado no Diário Oficial<sup>4</sup>.

E, desde então, vem renovando periodicamente os decretos que regulamentam essa medida emergencial para conter a propagação da COVID-19. Paralelo a isso foi lançada uma nota pela Secretária de Educação (re)afirmando o compromisso da gestão municipal em defesa do ensino presencial, rejeitando a modalidade de educação a distância (EaD) nas etapas de escolarização obrigatórias.

Sobre o conteúdo da nota é importante ressaltar que ela converge para uma das bandeiras históricas do movimento sindical da educação pública, orientado pela CNTE, apropriada pelas teses aprovadas nos últimos Congressos da ASPROLF-SINDICATO. Contudo, a falta de uma vacina e de um protocolo de tratamento ou meio de prevenção, impera a perspectiva da impossibilidade de retorno das aulas presenciais no ano de 2020.

Diante tal desafio, a SEMED orientou as escolas a realizarem ações pedagógicas não-presenciais adequadas as suas especificidades. Nesse ínterim, que a nossa entidade sindical percebeu a demanda pela organização desse Grupo de Trabalho, ao que tange as ações e a sistematização do ensino remoto, cuja deliberação foi aprovada em reunião ampliada composta pela diretoria executiva e mais de 40 membros da base filiada.

A pandemia expõe ainda mais as desigualdades que os estudantes enfrentam dentro de suas casas. E se antes já enfrentávamos os problemas básicos como o analfabetismo funcional e a grande quantidade de estudantes em distorção idade/série, no pós-pandemia, enfrentaremos esses mesmos problemas somados aos novos, advindos desse período de isolamento.

Neste cenário, em que necessitamos exercitar o distanciamento social para impedir a circulação do novo coronavírus (SARS-COV2), com as escolas fechadas, faz-se necessário repensar o papel da escola como lugar de educação além do contexto da

---

<sup>4</sup> Disponível para consulta em <<https://io.org.br/ba/laurodefreitas/diarioOficial/download/461/1636/0>> Acesso em: agosto 2020.

sala de aula e da relação pedagógica professor-aluno. A escola como espaço físico de educação é um fato, e isso não pode ser retirado. Mas, por esta razão, precisamos pensar em novas estratégias para fazer cumprir o papel social da escola mesmo quando não é possível habitá-la fisicamente enquanto durar o isolamento social devido à pandemia.

A partir deste contexto, considerando o momento atípico vivenciado, em escala mundial; a realidade da educação pública brasileira; o contexto educacional do nosso município e as especificidades inerentes aos segmentos e modalidades da educação; apresentaremos os dados fundamentais que subsidiaram este relatório.

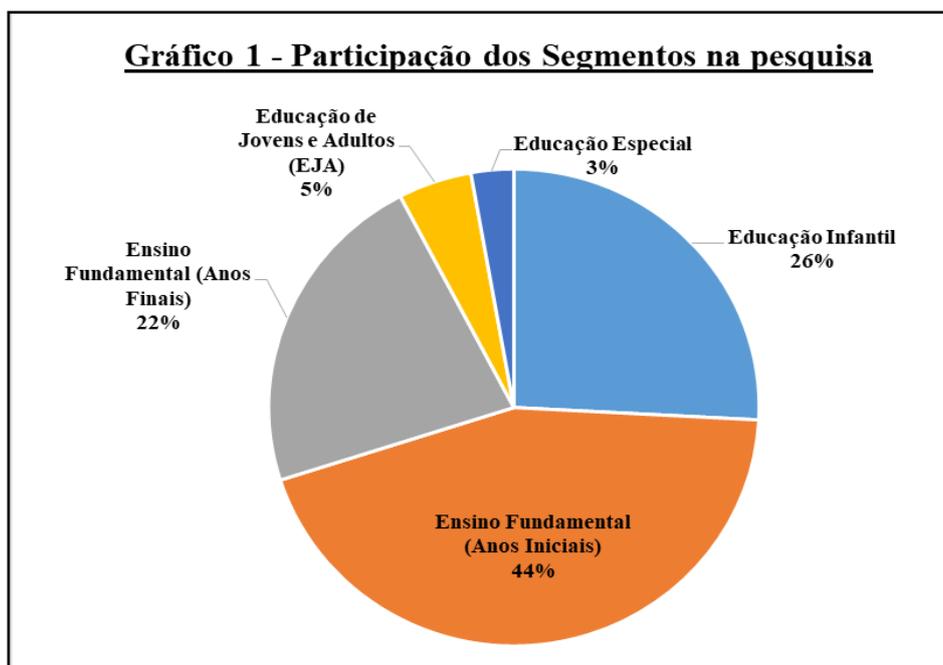
Tais informações foram obtidas a partir da escuta dos profissionais da educação pública municipal de Lauro de Freitas, as quais foram analisadas, primeiramente a partir da leitura e categorização das respostas ligadas às sugestões e aos entraves sinalizados neste momento e, posteriormente, uma análise mais aprofundada destas colocações. Foi considerada a subdivisão dos segmentos educacionais, tendo em vista a realização do estudo feito por professores especialistas, integrantes aos próprios segmentos analisados, a fim de assegurar uma leitura fundamentada e apoiada pela formação acadêmica e trajetória profissional.

Os dados abaixo descritos refletem os anseios e demandas de 391 profissionais de educação, de coordenadores pedagógicos a professores e professoras da rede, sendo assim organizados:

Tabela 1 – Total de participantes da pesquisa por segmento

<b>Segmentos Participantes</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Educação Infantil	101	26%
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	173	44%
Ensino Fundamental (Anos Finais)	87	22%
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	19	5%
Educação Especial	11	3%
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pelos autores



Fonte: Elaborado pelos autores

## 2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da luta dos setores da sociedade engajados na defesa do Direito à Educação, a Educação Infantil, como etapa de escolarização básica, ganha contornos legais imperativos com a aprovação da Emenda Constitucional nº59/2012 que altera a redação do Inciso I do Artigo 208 da Constituição Federal de 1988, ampliando a “[...] educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2009).

Como resultado prático dessa mudança, os sistemas municipais de educação ampliaram o tempo de escolarização obrigatório, implicando em uma maior cobertura escolar real e potencial. As administrações públicas municipais necessitaram ampliar a oferta de turmas dos grupos 04 e 05 da educação infantil, sob o risco de serem provocados pelo Judiciário e Ministério Público por ações coletivas e individuais para a garantia da matrícula na rede oficial de ensino nessa etapa da escolarização.

Em convergência a esse novo dispositivo legal, instituído na Emenda Constitucional nº59/2009, de garantia de Direitos o Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor – instituído pela Lei Nº 13.005/2014 – na sua meta 01, estabelece a universalização da educação infantil e pré-escola até o ano de 2016, bem como sua

ampliação global de modo a contemplar no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024).

Essa tendência de ampliação de direitos é apropriada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que em paralelo as tendências privatistas e de relativização da educação como direito, pauta os contornos curriculares da educação a partir da opaca prescrição de “direitos de aprendizagem”, sem a devida contextualização crítica nem fundamentação teórica, na qual a educação infantil é lançada a uma perspectiva nebulosa de “campos de experiências”.

Mesmo com as observações críticas do movimento sindical e do conjunto da sociedade engajada na defesa do direito à educação, a BNCC (BRASIL, 2017) persiste como um dispositivo legal com validade e eficácia no ordenamento jurídico brasileiro, sendo parte da legislação educacional em vigor. Nesses termos, a oposição aos seus pressupostos deve ser acompanhada pelo domínio instrumental para sua superação, em uma conjuntura política mais favorável e sua disputa cotidiana pelos trabalhadores/as em educação nos seus diversos espaços de atuação.

Cabe aos homens e mulheres, comprometidos com o horizonte ético- político de uma educação emancipadora, buscar as brechas anunciadas pela legislação nas disputas cotidianas em torno do direito, já que a BNCC não revoga outras fontes do Direito Educacional. Assim, a apropriação crítica do conteúdo dos dispositivos legais em vigor: LDB/1996, Plano Nacional de Educação PNE/2014, Constituição Federal/1988 e Educação para Todos, Lei Brasileira de Inclusão LBI/2015, Fundo Nacional da Educação Básica FUNDEB e Lei 11.645/2008, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990 são imperativos na luta por uma educação pública, gratuita, democrática e laica.

Nesse aspecto é importante pontuar que nosso Sistema Municipal de Educação adotou, em parte, a iniciativa do Sistema Estadual de Educação da Bahia<sup>5</sup>, à luz da BNCC, visando elaborar um projeto de currículo em nível estadual, com a escuta dos diversos territórios que compõem o estado. O Sistema Municipal de Educação de Lauro de Freitas, ao considerar a premissa da adoção parcial, referenda a iniciativa estadual, apontando a adequação necessária à sua realidade educacional.

---

<sup>5</sup> Disponível para consulta em <<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/l/lauro-de-freitas/lei-ordinaria/2007/128/1288/lei-ordinaria-n-1288-2007-dispoem-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-educacao-do-municipio-de-lauro-de-freitas-estado-da-bahianaformaqueindicaedaoutrasprovidencias?r=p>> Acesso em: ago. 2020.

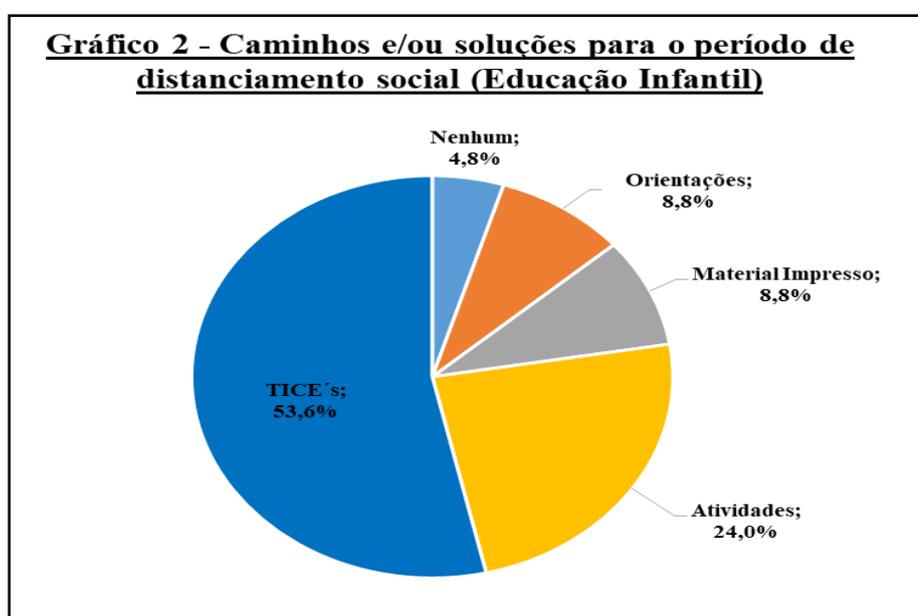
A posição desse GT, sobre as ações da educação infantil, parte da convergência do horizonte de luta apontado pelo ASPROLF-SINDICATO, a partir do itinerário profissional da equipe autora desse relatório e dos princípios enunciados nos documentos legais. Nesses termos, o desenvolvimento e as aprendizagens, anunciados na BNCC, ampliam o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças nessa etapa educativa. As vivências elaboradas a partir dos eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa primeira etapa da Educação Básica consiste nas interações e na brincadeira, que são as experiências que possibilitam ações e trocas com seus pares e com os adultos, favorecendo as aprendizagens, o desenvolvimento e a socialização, elementos essenciais da educação integral.

Os posicionamentos expressos pelos profissionais do segmento Educação Infantil concernentes aos caminhos ou soluções para facilitar o acesso à educação no período de distanciamento social são divergentes. Pois, embora apontem as Tecnologias de Informação e Comunicação voltadas à Educação – TICE's (53,6%) como um caminho viável, sinalizam a necessidade de mantermos da forma que for possível a oferta de atividades lúdicas (24%) e, ainda apontam como uma possibilidade, a oferta de material impresso (8,8%), bem como orientações didáticas e planejamento em rede, via secretaria para os docentes.

---

QUESTÃO 01 - Quais caminhos ou soluções você visualiza para o seu segmento de atuação para facilitar o acesso à educação no período de distanciamento social?

---



Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo o decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 só é prevista a oferta da modalidade a distância a partir do ensino fundamental, conforme lê-se na LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

**Art. 32.** O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. (BRASIL, 1996, grifos do autor)

Sobre isso é importante reafirmar que ofertar a criança métodos de ensino remoto, sem a interação com seus colegas e as profissionais de educação, ocasionará lacunas, haja vista que a escola não se restringe ao compartilhamento de informações. O/A profissional de educação acompanha o desenvolvimento das crianças e faz um conjunto de mediações como figura referencial para elas. Pela característica essencialmente interativa desse segmento e de acordo com os documentos que regem a primeira etapa da Educação Básica o ensino EAD não se adequa, nem é legalmente o caminho viável para solucionar a demanda de continuidade de oferta nesse período de isolamento.

Circunscrito no contexto das ações remotas, como garantir os seis direitos de aprendizagem estabelecidos pela BNCC relativos às proposições didáticas, enquanto durar a pandemia?

A fim de responder a essa questão, para contemplá-los, o professor precisa sempre tê-los em mente para garantir que as experiências propostas estejam de acordo com os aspectos considerados fundamentais ao processo. Tanto o ensino a distância quanto o ensino remoto violam um dos direitos fundamentais das crianças, concernente a oferta da educação, que é o Direito a um ambiente educativo que lhe permita explorar, participar, brincar, expressar, conviver e conhecer-se.

“Na Educação Infantil, o objetivo principal é manter o vínculo com as crianças e continuar servindo de referência para as famílias, especialmente em um momento tão delicado quanto o da quarentena [...]”, afirmou Aruth (2020), pedagoga e especialista em educação infantil. Para a educadora, o *homeschooling* (Educação Escolar em Casa) tem “[...] mais a ver com conectar do que com substituir.” no caso das crianças pequenas.

Observem abaixo os principais efeitos do estresse causado no desenvolvimento infantil:



Fonte: Extraído do site Nexo<sup>6</sup>

Um artigo do Núcleo Ciência Pela Infância explora os efeitos do estresse causado pela pandemia no desenvolvimento infantil. O grupo é formado por pesquisadores da área médica, da psicologia, da economia, da pedagogia e da administração pública, vindos de instituições como a Universidade de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de *Harvard*, nos EUA. Além dos impactos sentidos de maneira individual, o mesmo artigo destaca que o estresse também pode surgir de situações de convívio familiar que são acentuadas pela pandemia.

Os efeitos da violência doméstica no desenvolvimento infantil são múltiplos, nas grávidas, a violência pode comprometer o desenvolvimento do feto. Em crianças, a situação pode acarretar o estresse tóxico, que ocorre quando há uma série de adversidades constantes, espalhadas em um longo período, sem o suporte de adultos. O resultado pode ser a interrupção do desenvolvimento saudável do cérebro, o que leva a mudanças bruscas no comportamento, diminuição da imunidade, ansiedade e depressão.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou no ano de 2019<sup>7</sup> um estudo apontando que crianças de até 4 anos devem passar, no máximo, uma hora em frente a telas de forma sedentária, como assistir TV ou vídeos ou jogar no computador. Para crianças quem tem até 1 ano, não é recomendado ter contato com telas, e para as de 2 anos, o tempo é de até uma hora (preferencialmente menos). Para aquelas que têm entre

<sup>6</sup> Disponível em < <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/11/Quais-os-efeitos-da-pandemia-no-desenvolvimento-infantil>> Acesso em: ago. 2020.

<sup>7</sup> Dados extraídos do site < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-04/oms-criancas-devem-ter-tempo-em-frente-telas-limitado-1-hora>> Acesso em: ago. 2020.

3 e 4 anos, o tempo sedentário de tela também não deve ultrapassar uma hora, sendo quanto menos, melhor.

O estudo apontou que crianças de até 5 anos devem passar menos tempo sentados em frente a telas ou contidos em carrinhos de bebê e assentos, além de ter melhor qualidade de sono e mais tempo para atividades físicas para crescerem saudáveis. Nos casos de sedentarismo, a OMS encoraja, independentemente da idade, a leitura e a contação de histórias. A entidade também destacou a quantidade de sono adequada para a idade, a saber: 14-17 horas (até 3 meses), 12-16 horas (4 a 11 meses), 11-14 horas (1 a 2 anos) e 10-13 horas (3 a 4 anos).

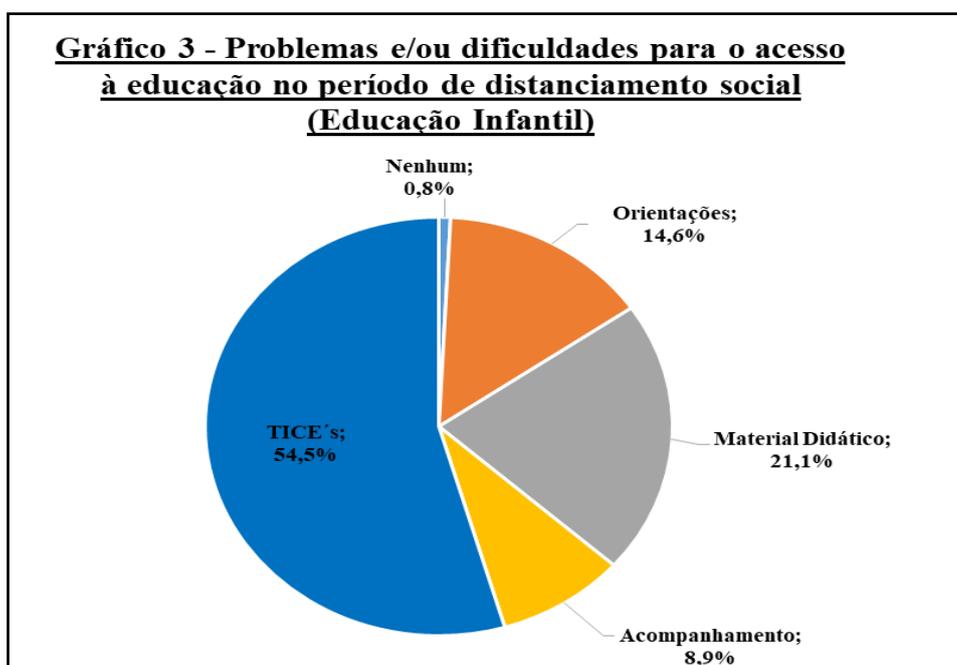
Logo, a partir do que é preconizado neste estudo, concluímos que as TICE's podem convergir um elo entre docentes e estudantes, mas não dará conta de atendermos as três faixas etárias da Educação Infantil, a saber:

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Dito isso, somos remetidos às respostas captadas na questão dois que trata das dificuldades em relação ao acesso educativo nesse segmento (BRASIL, 2017, p. 44).

---

QUESTÃO 02 - Quais problemas e dificuldades você observa em seu segmento para o acesso à educação neste período de distanciamento social?

---



Fonte: Elaborado pelos autores

Acerca dos problemas e dificuldades identificados pelos profissionais de educação, os dados apurados nos questionários apresentam a urgente necessidade de uma normatização para as questões didático-orientativas (orientações gerais e em rede – 13%), já que essa prática carece de regulamentação, via portaria, pela secretaria de educação. Tal fato acarreta além das especificidades de cada unidade, no não-envolvimento da totalidade dos docentes nos encaminhamentos pedagógicos das instituições. Logo, nem todas as crianças matriculadas na rede estão sendo atendidas devidamente e o acompanhamento presencial (8,9%) foi citado como uma das limitações que inviabilizam o que está previsto para as vivências dessa primeira etapa da Educação Básica, as interações e as brincadeiras.

É relevante pontuar que anexo ao kit alimentação<sup>8</sup>, grande parte das unidades que atendem essa etapa vem entregando planilhas com propostas interativas, bem como atividades impressas sob orientação do departamento responsável. Todavia, essa ação que antecede o documento para orientar instituições de ensino da educação básica e superior acerca das práticas, consistem em algumas das ações adotadas durante a pandemia.

O Ministério da Educação homologou um conjunto de diretrizes, aprovado pelo Conselho Nacional da Educação. Vale destacar que a educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental obrigatório de nove anos e o ensino médio. O documento, publicado em: 1º de junho de 2020 – Parecer CNE/CP nº 5/2020 no Diário Oficial da União, sugere que as escolas mantenham um fluxo de atividades escolares não presenciais enquanto durar a situação de emergência para o cumprimento da carga horária e busquem alternativas para minimizar a necessidade de reposição presencial dos dias letivos após a pandemia. Além disso, o texto também autoriza os sistemas de ensino a computarem atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária (o que não é o caso dessa etapa, pois não requer critérios avaliativos para promoção).

O documento elaborado pelo CNE sugere, ainda, uma série de atividades não presenciais que podem ser utilizadas pelas redes de ensino durante a pandemia: videoaulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão e rádio, assim

---

<sup>8</sup> O kit alimentação é composto por itens da cesta básica e é distribuído às famílias que têm alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal de Lauro de Freitas, visando colaborar com a alimentação dos estudantes da rede. Sabendo da importância da merenda escolar como fonte de alimentação e que a privação destes alimentos poderia agravar o quadro social e o problema da saúde pública atual, por conta do COVID-19, que essa medida continua sendo adotada.

como material didático impresso entregue aos responsáveis são algumas das alternativas possíveis.

A ação que consiste na entrega de algum material de suporte educativo junto ao kit alimentação viabiliza o acesso de grande parte das famílias, pois elas comparecem uma vez ao mês na unidade escolar para recebimento deste kit. Com esta prática, garante-se o mínimo de acesso a algum tipo de material didático impresso direcionado às crianças matriculadas em uma unidade escolar pública municipal.

Em virtude de toda carga de estresse em que os atores educativos – professores, equipe gestora, famílias e, principalmente, as crianças – foi levantada a necessidade de orientação psicológica e emocional (1,6%). E, ao finalizar o conjunto de limitações apontadas pelos docentes na segunda questão, o material didático (21,1%), considerando a inexistência ou escassez dele e, em virtude da necessidade de distanciamento físico, também a dificuldade de devolutiva das propostas enviadas, seja por ausência de acesso ao equipamento tecnológico (celulares, tablets, computadores) ou acesso a própria rede de internet.

Para a educação infantil, as recomendações para a creche e a pré-escola, neste momento de pandemia, é que busquem a aproximação virtual dos professores com as famílias para estreitar vínculos e, que as atividades sejam lúdicas, para que as crianças pequenas se desenvolvam brincando.

Segundo a Medida Provisória 934/20, votada no senado em 23 de julho de 2020, os estabelecimentos de educação infantil serão dispensados de cumprir os 200 dias do ano letivo e a carga horária mínima de 800 horas. O texto permite ainda que os sistemas de ensino desenvolvam atividades pedagógicas não presenciais. Contudo, na educação infantil, isso deverá seguir orientações pediátricas quanto ao uso de tecnologias de informação e comunicação.

Portanto, pela característica essencialmente interativa desse segmento e de acordo os documentos que regem a primeira etapa da Educação Básica, a modalidade EAD não se adequa, nem é legalmente o caminho viável para solucionar a demanda de continuidade de oferta neste período de isolamento. Dessa forma, houve um consenso no GT acerca da inadequação do segmento da Educação Infantil ao uso contínuo e prolongado das TICE's sem o acompanhamento cuidadoso e presencial dos profissionais de educação.

## 2.2 ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

De acordo com a análise da pesquisa realizada no segmento Fundamental I, pode-se perceber que a respeito dos caminhos vislumbrados para o atual período, os educadores, em sua maioria, indicaram o uso das TICE's, tendo como base aplicativos, a exemplo do *WhatsApp*, *Facebook* e *Google Meet*. Como opção secundária, houve a menção a entrega de atividades impressas e o uso/distribuição do livro didático para os estudantes.

Foi notável que, ao mesmo tempo em que se propõe elementos do ensino remoto, evidencia-se a preocupação por parte dos profissionais quanto ao acesso à internet pelos educandos, apontando dessa maneira, vulnerabilidade das famílias, o estresse gerado pela pandemia e a infraestrutura social.

Identificou-se que 44% dos profissionais dos anos iniciais do ensino fundamental apontam preocupação com o ensino no pós-pandemia, assim como expressão de certo grau de ansiedade sobre o possível retorno. Ressaltando, assim, a necessidade de fortalecer um vínculo entre a Entidade Sindical e a SEMED na busca por um meio de interação escola-família, professor-aluno. Outro aspecto também revelado foi a necessidade de um canal de escuta tanto da SEMED quanto da ASPROLF no que tange às propostas pedagógicas inerentes às suas atribuições.

## 2.3 ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

O Ensino Fundamental, composto por nove anos de escolarização, constitui-se como a maior etapa da Educação Básica e, em tese, está voltado ao atendimento dos estudantes circunscritos na faixa etária de 6 a 14 anos. Mesmo cientes de que existe a chamada distorção série-idade, muito comum na educação pública, quando se observam estudantes fora desta faixa etária, mas ainda presentes no ensino fundamental.

Com efeito, esta etapa da educação básica configura-se como fundante tanto pelo período de duração quanto por abarcar as fases do desenvolvimento humano, imprescindíveis à formação individual e cidadã destes sujeitos: infância, pré-adolescência e a própria adolescência. Além destas importantes transições no desenvolvimento, vividas ao longo dos nove anos, outra situação tão importante quanto esta, é a transição dos perfis formativos dos profissionais que atuarão nas mediações de ensino/aprendizagem, presentes neste segmento: os cinco primeiros anos com discussões de um currículo

fundamentalmente básico e ministrado por docentes com formação generalista em pedagogia e, os quatro últimos anos, com um currículo mais amplo, contando com os chamados docentes especialistas.

Neste instante, dois destaques devem ser feitos: o primeiro se refere ao 6º ano do Ensino Fundamental, momento efetivo de transição entre o fim do primeiro momento (anos iniciais) e o início do segundo momento (anos finais). O segundo destaque refere-se ao 9º ano, última série do Ensino Fundamental, responsável pela consolidação dos estudos desenvolvidos ao longo deste período de preparação para a próxima e última etapa da educação básica: o Ensino Médio.

Tanto os anos iniciais quanto os anos finais do Ensino Fundamental, dados os seus contornos, possuem especificidades e, por este motivo, foi estabelecida uma escuta sensível, por parte deste grupo de trabalho. Isto posto, tal aspecto consistiu em condição necessária para, juntos, analisarmos quais situações se colocam enquanto possibilidades mínimas para um trabalho remoto efetivo e, que minimize os efeitos causados pela suspensão das aulas presenciais, assim como quais pontos figuram como entraves para a realização destas atividades docentes neste período pandêmico.

Ressaltamos, também, que além destes dois itens observados, foram apresentados por estes mesmos colegas docentes o que já vem sendo desenvolvido em nossas escolas, desde que as suspensões das aulas no município foram instituídas, na segunda quinzena de março deste ano.

Dentro das orientações municipais que definem as diretrizes político-pedagógicas e técnicas no que se refere ao funcionamento e a convivência nas unidades escolares de nosso município, que balizam o regimento comum unificado escolar da rede, publicados no Diário Oficial do Município – N°. 1488, de 16/08/2019, estão listados os objetivos específicos por segmento dentro da oferta de educação básica municipal. No âmbito geral, o dispositivo reforça, enquanto objetivo geral das unidades escolares em seus três segmentos,

[...] proporcionar ao/a educando a formação integral e inclusiva em todos os segmentos e modalidades ofertados por esta rede, visando o desenvolvimento das potencialidades das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos estudantes, como elemento constitutivo do direito à educação crítica, reflexiva, emancipatória e socialmente referenciada para o exercício consciente da cidadania plena (BRASIL, 2019, p.33).

Enquanto objetivos específicos no segmento Ensino Fundamental, destacamos:

- a) Desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- b) Compreender o ambiente natural e social, o sistema de produção e político, a ciência e tecnologia, as artes e a pluralidade cultural em que se fundamenta a sociedade brasileira e mundial;
- c) Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de valores solidários e humanos;
- d) Fortalecer os vínculos das famílias e os laços com a comunidade local;
- e) Assegurar o valor da solidariedade e do respeito para com as diversidades humanas;
- f) Valorizar as características multiculturais e pluriétnicas da sociedade;
- g) Contribuir com as aprendizagens significativas para a formação de cidadãos e cidadãs aptos/as à vida social ativa e consciente;
- h) Assegurar o conhecimento das características e necessidades locais na perspectiva da autoestima e valorização da cultura local;
- i) Desenvolver o sentimento de pertencimento e preservação da sua cultura;
- j) Oferecer meios que possibilitem ao/a educando/a uma aprendizagem eficiente, buscando saídas e soluções para a vida cotidiana pessoal e da coletividade;
- k) Incluir as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos processos educativos no espaço-tempo escola;
- l) Conhecer, respeitar e defender os Direitos Humanos;
- m) Possibilitar a apropriação pelas crianças das construções histórico-culturais dos povos formadores da população brasileira: africanos, nativos, indígenas, europeus e asiáticos;
- n) Reconhecer, valorizar, respeitar a interação das crianças com a história e a cultura africana, afrobrasileira e indígena, bem como o combate ao racismo e à qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 2019, p. 34-35).

Partindo destes objetivos e tendo como base o caráter presencial da Educação Básica, observa-se que grande parte – se não todo o seu conteúdo – materializa-se via contato direto com os colegas, professoras e professores da rede, diariamente, durante os encontros presenciais com os estudantes. Entretanto, tais momentos permanecem em suspensão e com previsão de retorno ainda incerto, na medida em que o contexto atual não garante essa retomada com as mínimas condições exigidas, que confirmam segurança à comunidade escolar em sua totalidade.

Neste ínterim, a proposição de ações e, mais importante, a garantia de sua efetiva realização para toda a rede de educação, é condição mister para que possamos, além de proporcionar apoio ao que já vem sendo desenvolvido pelas escolas, em grande parte de forma isolada e sem orientações mais específicas do ponto de vista institucional, estabelecer medidas outras de suporte tecnológico e formativo específico. Desta maneira, poderemos amenizar os efeitos impostos por essa pandemia, dada a condição atual possível de contato com os estudantes se resumir em ações remotas, com o suporte das tecnologias de informação e comunicação voltadas à área educacional.

O meio de sondagem utilizado por esse GT – aplicação de formulário – verificou que 67,4% dos professores dos últimos ciclos do Ensino Fundamental indicam as TICE's

como possibilidade para mitigar os efeitos da suspensão das aulas e fazer com que a educação chegue aos estudantes da rede pública municipal. Muitos destes docentes relataram já fazerem uso de alguns dessas ferramentas, como as redes sociais (*WhatsApp*, *Facebook*) para enviarem atividades e manterem contato com os estudantes. No entanto, 72,1% dos professores também apontaram dificuldades tanto de alunos quanto de professores em relação ao acesso e utilização da internet e das plataformas digitais para realização de atividades online e remotas.

Esse quadro aponta uma contradição aparente entre o horizonte de desejo dos profissionais de educação e a realidade concreta, pois a sugestão apresentada como o meio mais eficaz para o atual período carrega na sua essência (domínio técnico/acesso às TICE's) os principais obstáculos para o desenvolvimento de atividades educativas não presenciais, visto que, as condições objetivas de acessibilidade por parte da classe discente é mínima ou inexistente.

Os entraves observados por este grupo de trabalho dialogam com as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC, 2018) as quais apontam que 1 entre cada 4 pessoas não possuem acesso à internet no Brasil<sup>9</sup>. Esse é um dado importante e que nos leva a seguinte reflexão: Se em tempos de aulas presenciais já enfrentamos um cenário preocupante, o que se dará com a educação no município a partir do contexto da pandemia?

De fato, para fazer chegar educação de qualidade aos estudantes do município, precisamos de planejamento, ações concretas e coordenadas entre as unidades escolares e a secretaria de educação. Para isso, elaboramos um plano de ação para cada segmento (vide Apêndices C-G, p. 46-48) fruto das sugestões da categoria de professores, registradas em formulários e analisadas minuciosamente pela equipe de trabalho.

Os/As profissionais de educação apontaram a necessidade de estabelecer canais comunicação pautados no diálogo com os estudantes e a família, pré-requisito para relações de ensino/aprendizagem horizontalizadas. O apoio psicológico durante e após a pandemia é muito importante tanto para os profissionais da educação quanto para os estudantes e familiares. Contudo, o uso das TICE's implica em um esforço compartilhado, e direcionado pela SEMED, na formação continuada dos servidores da educação ante a nova demanda pela utilização das novas tecnologias.

---

<sup>9</sup> Dados extraídos do site <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>> Acesso em: ago. 2020.

Para isso, também será preciso que o/a trabalhador(a) em educação tenha as ferramentas necessárias para interagir de forma dialógica com suas turmas em âmbito virtual. Esse profissional, a priori, produz conteúdos e, para isso, necessita de equipamento adequados e conhecimento técnico. Nesse ponto, é importante frisar que pela necessidade de manter a comunicação com os estudantes, diante da falta de uma estrutura institucional, os professores da rede estão utilizando suas redes sociais pessoais, expondo suas vidas e intimidades.

O suporte técnico aos docentes nesse período é essencial, no caso de ataques cibernéticos, por exemplo. A criação de uma plataforma educacional vinculada à SEMED, com a garantia de criação de perfis institucionais, figura como uma opção para preservar a privacidade dos docentes do município de Lauro de Freitas.

Dentre as sugestões levantadas pela categoria e em convergência ao quadro sistêmico de exclusão digital, 18,7% dos professores sugeriram a distribuição de atividades impressas. Apesar da necessidade de distanciamento social, todos os meses os responsáveis pelos estudantes têm ido à escola buscar o kit alimentação – momento oportuno para a entrega das atividades – como já citada, essa prática vem ocorrendo em algumas unidades escolares, a partir da iniciativa dos profissionais em formularem de modo autônomo esses instrumentos pedagógicos.

Para que essa ação pudesse ser realizada de forma articulada, e considerando que muitas escolas não possuem os meios necessários para garantir a todos/as um volume de impressões que contemple a totalidade dos componentes curriculares, urge o suporte técnico e material da secretaria de educação a fim de viabilizarem a impressão desses materiais, para sua distribuição ser realizada mensalmente concomitante a entrega do kit alimentação.

O acesso e a realização de atividades nos livros didáticos foram apontados como possibilidades adequadas a maior autonomia dos alunos/as inseridos nesse segmento escolar. No que pesa a relevância desse instrumento pedagógico, é importante destacar que a maioria das escolas municipais não receberam todos os livros e, por isso, não puderam efetuar sua distribuição.

Esse GT atribui à indicação minoritária da distribuição dos livros didáticos entre os trabalhadores/as do segmento dos Anos Finais do ensino fundamental a realidade anterior as medidas de distanciamento social, na qual a rotina das escolas se adequou a ausência desse recurso educativo. Nesses termos, reforçamos, na condição de Grupo de

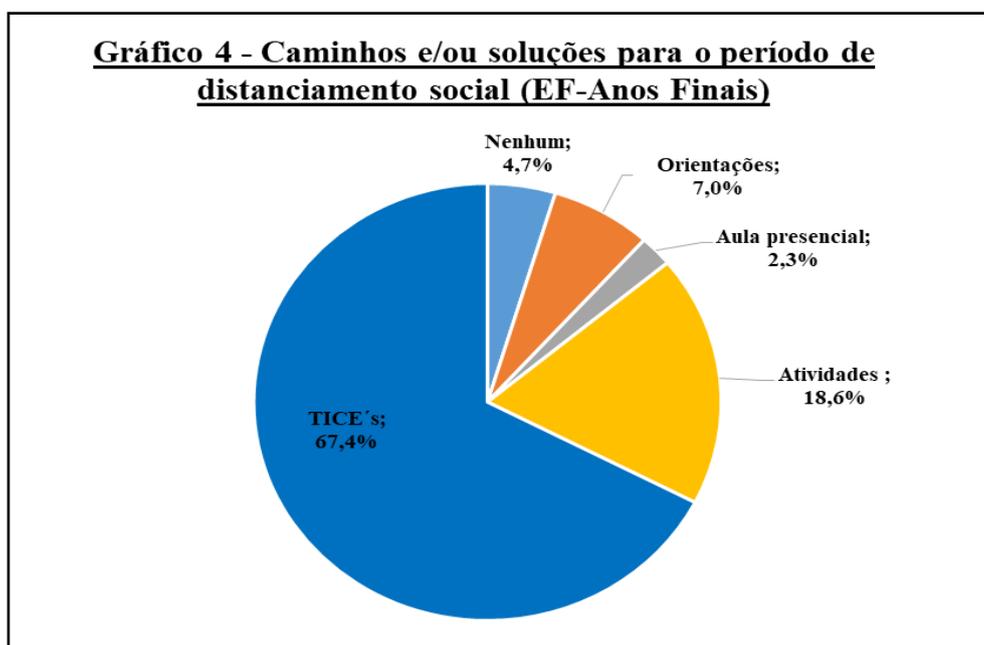
Trabalho da Entidade Sindical, a recomendação da distribuição imediata dos livros didáticos para os alunos/as da rede municipal.

Além dos pontos acima destacados, foram apontadas outras dificuldades no atual contexto, especialmente em relação a questão da vulnerabilidade social dos estudantes, que moram em áreas com alto índice de violência urbana, e, muitas vezes, enfrentando problemas familiares. A Unicef<sup>10</sup> alerta que as medidas de contenção da COVID-19 aumentam os riscos de abuso, exploração, negligência e violência para crianças. Sendo assim, infelizmente, as medidas de distanciamento social ao mesmo tempo que protegem a criança da doença e interrompem um vetor de disseminação da pandemia, a expõe a contextos de vulnerabilidade sem meios para garantir a sua segurança, integridade e pleno desenvolvimento.

---

QUESTÃO 01 - Quais caminhos ou soluções você visualiza para o seu segmento de atuação para facilitar o acesso à educação no período de distanciamento social?

---



Fonte: Elaborado pelos autores

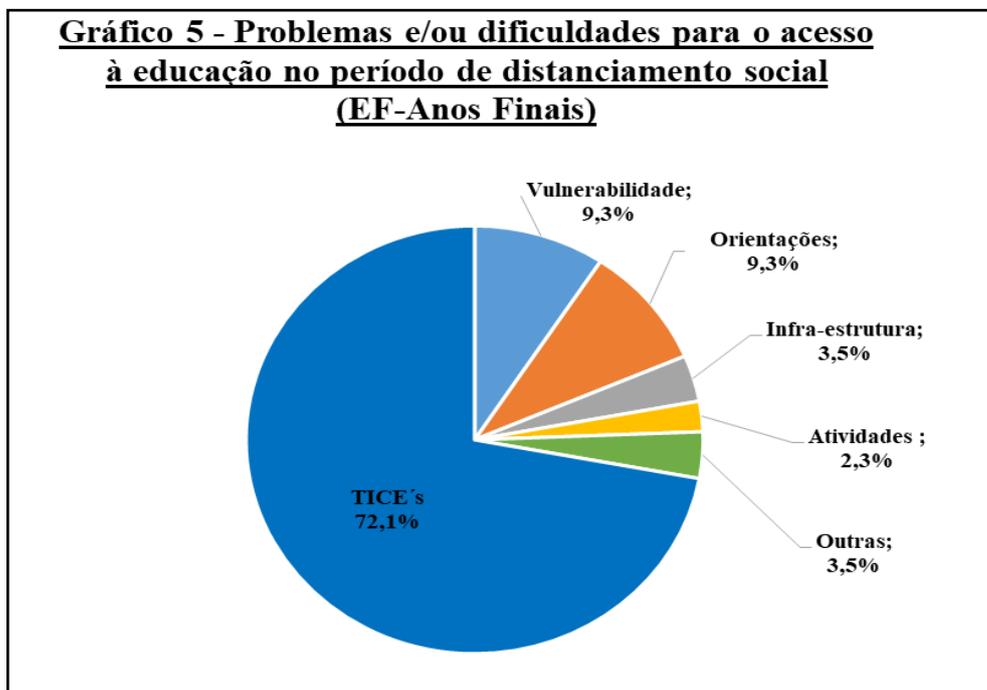
---

<sup>10</sup> Dados extraídos do site <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-criancas-em-risco-aumentado-de-abuso-negligencia-exploracao>> Acesso em: ago. 2020.

---

QUESTÃO 02 - Quais problemas e dificuldades você observa em seu segmento para o acesso à educação neste período de distanciamento social?

---



Fonte: Elaborado pelos autores

## 2.4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As propostas apresentadas pelos professores que atuam no segmento da educação de jovens e adultos (EJA) contemplam as seguintes ações pedagógicas:

I. A utilização de materiais impressos, como apostilas com as teorias, listas de atividades e exercícios, desde que esses materiais sejam respondidos pelos estudantes (retorno das atividades para os professores) e que esses professores apresentem um relatório de aprendizagem de cada estudantes por atividade solicitada;

II. A utilização dos livros didáticos (LDs). Essa ação, aparentemente, parece ser a melhor opção, mas há unidades escolares que ainda não receberam os LDs e, as que receberam não tiveram tempo para fazer a entrega dos kits aos estudantes. Logo, isso é um empecilho que pode inviabilizar essa ação;

III. O uso das TICE's, como plataformas de ensino, *WhatsApp*, *Facebook*, *Google Meet*, computadores ou equipamentos móveis, acesso à *web*, dentre outros, entretanto, há uma grande dificuldade devido à falta de computadores ou aparelhos móveis, além da

escassez de sinal para o acesso à internet. Ainda que seja uma excelente solução para o momento que indica o trabalho remoto, sem o aparelhamento básico essa ação torna-se inviável;

IV. O rodízio de estudantes também pode ser uma opção interessante, mas diante da obrigatoriedade do distanciamento social, recomendado pelas instituições sanitárias e acatadas pelos governos, nesse momento é inviável. Mas, após a pandemia, pode ser uma opção para evitar futuras contaminações pelo coronavírus.

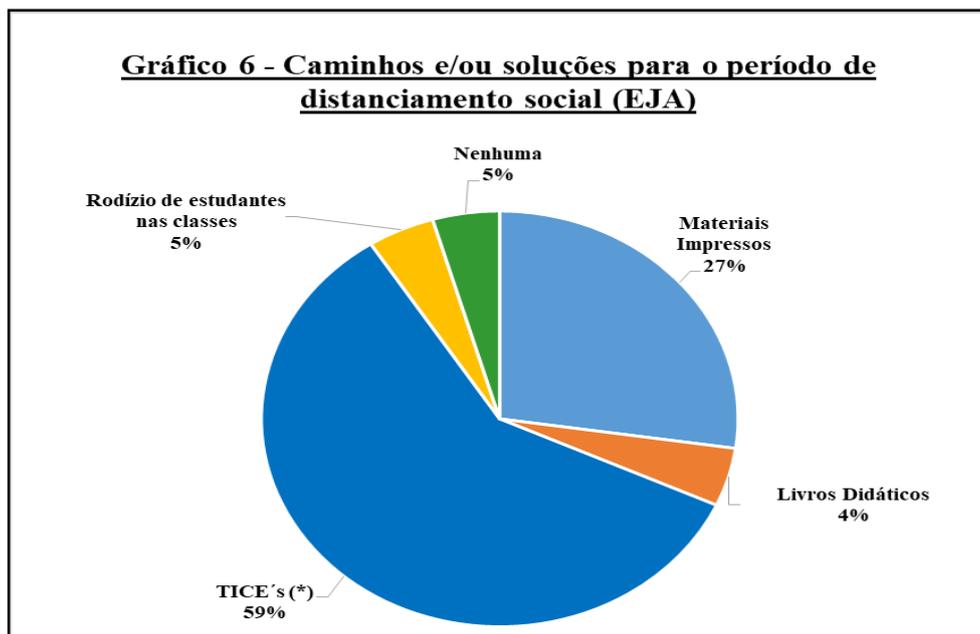
Acrescentamos que não foi considerada a opção correspondente a categoria: *nenhuma ação*, visto que este trabalho tem como objetivo compreender a estrutura física e pedagógica presentes em cada unidade da rede, no intuito de prover o ensino e as suas particularidades. Por conta disso não é possível isentar-se de propor ações que priorizem as relações entre a comunidades escolar, a responsabilidade, o respeito, o cumprimento de tarefas e a organização diante das disciplinas fundamentais para o desenvolvimento do ser humano.

Apresentamos, na sequência, a Tabela 2, representando as propostas supracitadas, assim como a frequência em que foram realizadas pelos professores desse segmento:

Tabela 2 – Frequência das ações propostas para a Educação de Jovens e Adultos

<b>Ações Pedagógicas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Materiais Impressos	6	27,3%
Livros Didáticos	1	4,5%
TICE's	13	59,2%
Rodízio de estudantes nas classes	1	4,5%
Nenhuma	1	3,0%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pelos autores



Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados apresentados apontam uma convergência com os anos finais, tanto na descrição das dificuldades presentes na nossa realidade educacional, quanto nos caminhos para a sua resolução. Um aspecto inferido por este grupo de trabalho para explicar essa similaridade é o perfil dos/das docentes da modalidade de educação de jovens e adultos e o maior número de turmas e alunos/as matriculados nas turmas de EJA dos dois últimos ciclos do ensino fundamental do nosso município.

Esse quadro é reforçado pela substituição gradual, no caso de Lauro de Freitas, bem avançado, de transferência do ensino fundamental para os sistemas municipais de educação, o que resulta um maior peso no número de profissionais e alunos/as nas turmas dos anos finais do ensino fundamental na modalidade da EJA.

A principal distinção, que merece destaque, é a ênfase dada as dificuldades de domínio técnico do repertório cultural para o uso das TICE's como ferramenta pedagógica e o acesso aos dispositivos relacionados a esses instrumentos. Nestes termos, o grupo de trabalho aponta como caminho a apropriação crítica das iniciativas propostas nos anos finais, com a perspectiva política-pedagógica de que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade própria que não pode ser encarada como um apêndice às etapas de escolarização.

## 2.5 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A Educação Inclusiva é fundamental à sociedade, pois é um direito conceituado na premissa da Educação para Todos, por romper com o processo de exclusão e integração que vem sendo debatido, enfaticamente, desde a década de 1990. Teve na Declaração de Salamanca (1994) seu grande ponto de partida, pois esta pauta evidencia direitos fundamentais, a exemplo de que toda criança tem direito à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, já que possui características, interesses e habilidades singulares e plurais.

Dentro dessa perspectiva de inclusão, não são os educandos que devem se adequar ao ambiente, mas o ambiente se adequar ao educando, pois, desta maneira, é possível transpor as diversas barreiras descritas na LBI/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), a qual traz em seu artigo 2º quem são as pessoas com deficiência. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. E, em seu artigo 1º, evidencia-se a principal função da lei, destinada a assegurar e a promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

A pesquisa realizada pela ASPROLF-SINDICATO evidencia aspectos fundamentais para fortalecer o conceito de acessibilidade, que consiste na possibilidade de assegurar condições de alcance para a utilização com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias.

No aspecto de desenho universal, em tecnologia assistiva, fundamentada em produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e a participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida cujo principal objetivo é a autonomia, a qualidade de vida e a inclusão social. Tais aspectos são descritos no artigo 3, inciso 3 da LBI/2015, ou seja, a tecnologia assistiva é um dos pilares essenciais para uma educação inclusiva significativa, humanizadora, problematizadora e dialógica, pois corrobora para extinguir barreiras, as quais são entraves ou obstáculos ao pleno gozo dos direitos à acessibilidade, à liberdade de movimentos de expressão e comunicação e à informação.

As barreiras são diversas e são classificadas como urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas atitudes, nas comunicações e nas tecnologias. A pesquisa realizada vem problematizar a derrubada de barreiras atitudinais, pois consulta as necessidades dos profissionais nas Salas de Atendimento Especializado – AEE, mostrando concepções necessárias para este momento de pandemia, comunicação e informação, empoderamento tecnológico para pleno acesso da pessoa com e sem deficiência.

Logo, a escola ou o município que promove a acessibilidade por meio da educação regular, ainda que em tempo de pandemia, institui um caminho para a cidadania plena, unindo diferentes profissionais, a família e o educando. Dessa forma, a inclusão pode ser definida como o princípio pelo qual todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades, possibilidades, interações, sendo respeitadas suas diferenças, isto é, garantindo a diversidade.

O histórico da legislação brasileira impõe citar a LDB, Lei 9.394/1996 em seu artigo 59 que preconiza que os Sistemas de Ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades; assegura terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental regular em virtude de suas deficiências e assegura a aceleração de estudos dos superdotados para a conclusão do programa escolar (BRASIL, 1996).

Podem-se destacar, também, leis e decretos que fortalecem a pesquisa para a Educação Inclusiva. Em 1999, o Decreto 3.298/1999 que regulamenta a Lei nº 7.853/1989 define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando sua atuação complementar ao ensino regular. E, logo a seguir, o Decreto nº 3.956/2001 ratifica Convenção de Guatemala (1999), Convenção Interamericana para eliminação de toda forma de discriminação contra a pessoa com deficiência.

Destaca-se nesse histórico, a Lei Brasileira de Sinais nº 10.436/2002, que é reconhecida como Língua Nacional e, em 2003, foi regulamentada pelo MEC como Programa de Educação Inclusiva, destacando o direito à diversidade. Já, em 2008, ressaltou-se a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Desta forma, conferem-se ao Atendimento Especializado as funções de identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade que visam eliminar barreiras para a aprendizagem plena dos alunos, considerando suas necessidades

específicas. O AEE pode ser oferecido de duas maneiras: em sala de recurso multifuncional e ensino colaborativo.

No contexto da pesquisa, destacou-se a Sala de Recursos Multifuncionais que deve ser ofertada em turno oposto ao ensino regular, a qual se constitui de um espaço dentro da própria escola, dotada de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos, os quais auxiliam na promoção da escolarização, eliminando obstáculos que impedem a plena participação dos estudantes, público-alvo da educação especial no ensino regular.

Sobre os aspectos legais sobre o AEE, no documento orientador do Programa e Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais do Ministério da Educação (MEC), o Brasil promulgou a Convenção da Pessoas com Deficiência (ONU/2006) por meio do Decreto nº 6949/2009 (assumindo compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um Sistema Educacional Inclusivo em todos os níveis e adotar medidas que garantam as condições para a sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional ,em geral, em razão de sua deficiência), consistindo este, também, num dos objetivos da pesquisa realizada pela ASPROLF-SINDICATO.

Em 2008, o Decreto 6571/2008 instituiu no âmbito do FUNDEB o duplo cômputo da matrícula dos estudantes público alvo da educação especial, um em classe comum da rede pública de ensino e outro no Atendimento Especializado-AEE. O documento orientador também traz o Decreto 7.611/2011 que incorporou o Decreto já citado, mostrando que a salas multifuncionais são ambientes dotados de recursos importantes para a promoção de inclusão em ambiente escolar.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 04/2009, estabelece as diretrizes operacionais para atendimento educacional especializado na educação básica. Pode-se ofertar o atendimento educacional especializado na mesma escola ou em outra de ensino regular em turno inverso da escolarização, não sendo substitutivos às classes comuns. O documento orientador define quem é o público alvo do AEE: estudantes com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento, os quais apresentam quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sócias, na comunicação ou estereotípias motoras, bem como os estudantes com altas habilidades e superdotação, aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano.

O documento norteador traz também a institucionalização do AEE no Projeto Político que está disposto na Resolução CNE/CEB nº 04/2009, art. 10, em que destaca

que a escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo sua organização como descrita no Projeto Político Pedagógico. Deste documento destacam-se os seguintes pontos: Sala de Recursos Multifuncionais, matrícula no AEE, programa de Atendimento aos Estudantes, plano do AEE e professores para o exercício do AEE.

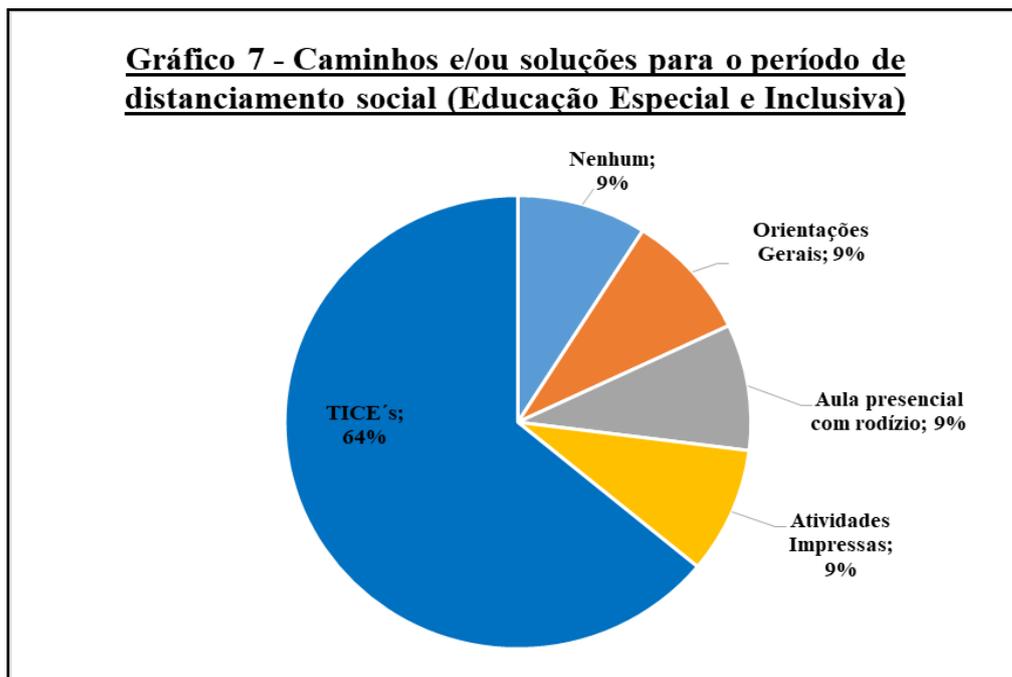
O quadro das Salas Recursos Multifuncionais do Município de Lauro de Freitas é, de acordo com o Núcleo de Educação Especial do Município, dividido por polos, sendo 4 escolas no Centro da cidade, 6 escolas em Itinga, 1 escola em Portão e 2 escolas em Vida Nova. São Salas de Recursos tipo I e tipo II. As salas de recursos do tipo I contém equipamentos específicos de acessibilidade para necessidades especiais diversas. E as salas de recursos tipo II contém todos os recursos da sala tipo I adicionados recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual.

Do universo de 391 participantes da pesquisa, 3% consiste em professoras e professores que trabalham com Educação Especial e Inclusiva. Dentre as sugestões apontadas pelos colegas nesta pasta, destacou-se, mais uma vez, o uso das TICE's, mas, por se tratar de uma área com demandas bem mais específicas, as atividades propostas dentro dessa categoria pautaram-se nas seguintes sugestões: realização de videochamadas e orientação das atividades impressas para resolução via *WhatsApp*; disponibilização de *links* para o acesso a atividades lúdicas, como jogos pedagógicos online; uso de plataforma digital; convênio com algum canal de TV aberta ou um canal específico no *YouTube* para acesso às aulas e, também, orientações específicas aos pais, mães e/ou responsáveis para a condução necessária à realização destas atividades.

---

QUESTÃO 01 - Quais caminhos ou soluções você visualiza para o seu segmento de atuação para facilitar o acesso à educação no período de distanciamento social?

---

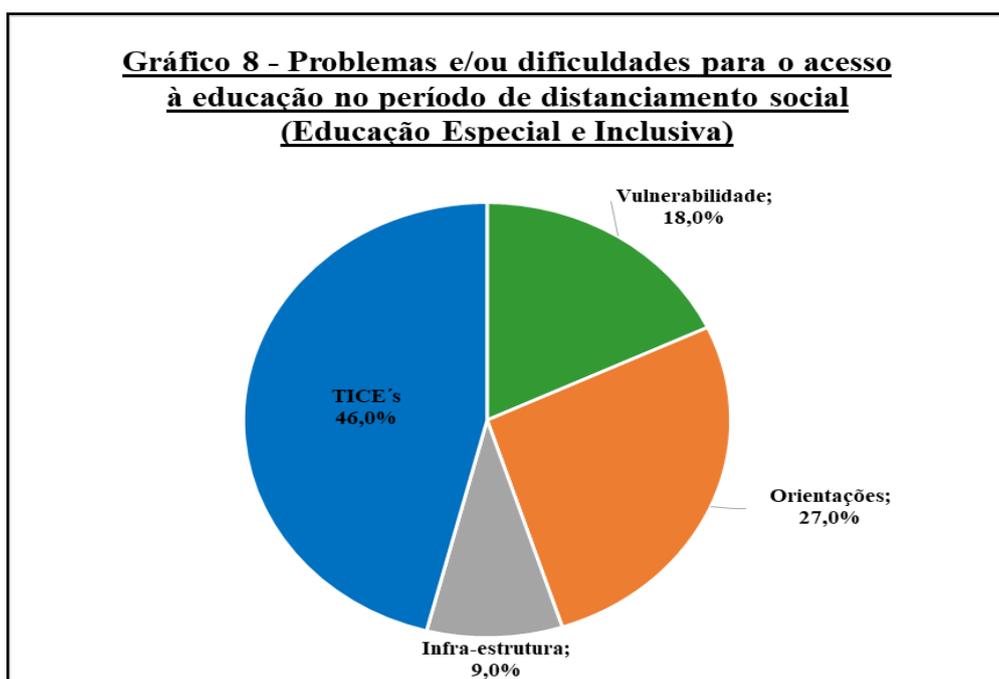


Fonte: Elaborado pelos autores

---

QUESTÃO 02 - Quais problemas e dificuldades você observa em seu segmento para o acesso à educação neste período de distanciamento social?

---



Fonte: Elaborado pelos autores

Os responsáveis deste GT pela análise das colocações<sup>11</sup> feitas pelos colegas que atuam na educação especial e inclusiva verificaram que, além das TICE's novamente figurarem como uma das categorias mais citadas, os possíveis entraves percebidos para o atual momento de isolamento e distanciamentos sociais, constataram, também, que há demanda é mister. Dadas as especificidades deste público, fornecer orientações adequadas aos responsáveis para o desenvolvimento adequado das atividades foi algo muito bem pontuado por uma professora deste segmento em sua colocação:

Como os alunos de inclusão demandam maior atenção para desenvolver as atividades pedagógicas, e não é qualquer atividade que ele possa realizar, acredito que os pais e professores encontrem dificuldade para realizar as atividades pedagógicas. O nº de atividades pedagógicas deve ser observado, assim como a que tipo de deficiência é destinada a atividade (P I, p.181).

A partir das reflexões trazidas por outra colega da rede, via análise dos dados da pesquisa, enfatizaram-se as consequências do distanciamento na repercussão do acompanhamento dos estudantes, junto a dificuldade que os responsáveis apresentam ora na manipulação virtual das atividades disponibilizadas, ora pelo próprio acesso à internet demandado pelas plataformas, através de seus dispositivos eletrônicos:

O distanciamento para trabalhar com crianças especiais é o nosso maior desafio, assim precisamos observar seu comportamento ou dificuldades para criar meios acessíveis para seu desenvolvimento. [...] Há alunos que conseguem realizar atividades xerografadas, esses também precisam de auxílio, professor, pais. Existe a dificuldade dos pais nos acessos eletrônicos, que torna impossível a comunicação. Já faço o acompanhamento a alguns pais, via *zap* [sic], e eles dizem não conseguem ter acesso a plataforma de atividades. Ou que seu celular não tem espaço ou que não sabem acessar (P II, p.183).

A busca para contemplar as necessidades específicas do alunado atendido pela modalidade da educação especial e inclusiva é um desafio para todo/a profissional comprometido com a garantia de direitos dessas pessoas, historicamente negligenciadas pelas políticas educacionais. Nesses termos, avaliamos que a intervenção sobre os/as alunos/as inseridos/as nessa modalidade, no período de vigência das medidas de distanciamento social, deve integrá-los as iniciativas adotadas para as demais etapas de escolarização, respeitando suas singularidades, valorizando suas trajetórias e reafirmando-os como sujeitos da sua própria história de vida.

---

<sup>11</sup> O *corpus* que subsidiou a elaboração desse relatório foi levantado a partir das narrativas de docentes e coordenadores da rede. Ao organizar essas falas foi compilado um material bastante amplo, diante disso, neste documento apenas algumas opiniões foram inseridas, sob a sigla autoral PI e PII (P=Professor) a fim de resguardar o anonimato dos participantes da pesquisa.

### 3 CONCLUSÕES

A Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, possui suas características peculiares quanto ao processo de aquisição da leitura e escrita, pois ao referenciar os estudos Piagetianos, sabe-se que educando está desenvolvendo as fases pré-operatória, operatória concreta e operatória formal. Portanto, é preciso respeitar essas fases que se concretizam em tempos específicos e requer que as ações descritas neste documento respeitem, também, as leis anteriormente citadas, possibilitando a valorização e o desenvolvimento do ser aprendiz.

Prevemos ações remotas ativas e articuladas com a Gestão, Coordenação e Professores num vínculo protocolar junto à SEMED. Logo, são imperiosos os esforços formativos que contemplem a comunidade escolar como um todo, sempre na busca do bem comum para o desenvolvimento local, social e subjetivo. As metas devem ser direcionadas à interação escola-comunidade, com protocolos definidos e ações coordenadas, em que o aspecto dialógico prevaleça, especificando metas pedagógicas a respeito do ano letivo e se estabeleçam reuniões de estudo, planejamento e pesquisa durante e após a pandemia.

O educando tem que ser respeitado quanto ao seu direito de estudar e ao seu desenvolvimento cognitivo. Propostas de oficinas, projetos de leitura e escrita, visando não só alfabetizar e letrar, mas também apropriar-se dos multiletramentos que também contemplem a esfera digital, devem compor essa pauta.

Assim como os discentes, os educadores também necessitam serem auxiliados, quanto a manipulação e acesso às ferramentas propostas. Ambas as ações, assim aplicadas, respeitam a meta 5 do PNE, que diz respeito a alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental<sup>12</sup>, juntamente com a LDB e demais diretrizes, como forma de (re)estruturarem a dinâmica escolar, para a retomada das atividades da educação infantil, etapa da escolarização na qual não cabem atividades pedagógicas não-presenciais.

A educação é um direito de todos. E esse direito tem que constar nas metas de permanência na escola, no alcance das tarefas aos discentes, nas atividades remotas, enfim, em todas as dinâmicas concernentes à aprendizagem. Uma educação que atinja as

---

<sup>12</sup> Dados extraídos do site <<https://novaescola.org.br/conteudo/3001/pne-meta-5>> Acesso em: ago. 2020.

metas do documento Educação para Todos e da inclusão, tendo em vista derrubar as barreiras digitais, quanto à acessibilidade faz-se tarefa primordial.

Os meios de acesso à educação devem ser inclusivos, respeitando a diversidade, promovendo a alteridade e a multiplicidade de saberes. Não basta dispor de informações, mas comportar interações formativas e construtivas que fortaleçam o processo de autonomia e pluralidade inerentes a formação cidadã.

A educação básica inclusiva é primordial, pois significa que nenhum(a) aluno (a) ficou para trás e que todos estão usufruindo do direito que lhes é outorgado. O Ensino Fundamental não é facultativo, é obrigatório, e todas as crianças devem desfrutar do processo de aprendizagem, tendo suas peculiaridades e diferenças respeitadas.

As ações articuladas, planejadas, dialógicas, significativas e inclusivas visam um ensino que alcança a realidade do educando, através do comprometimento político e sociocultural implicado no Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares e nas Diretrizes descritas no Município, por meio do Plano Municipal de Educação. Sendo assim, o objeto desta pesquisa que é garantir os direitos do alunado, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem não se encerra neste relatório, mas segue na concretização de diretrizes que assegurem uma educação pública de qualidade, durante e após este momento atípico.

## REFERÊNCIAS

ARUTH, L. Os desafios de ensinar crianças em casa na quarentena. Nexo, 2020. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/28/Os-desafios-de-ensinar-crian%C3%A7as-em-casa-na-quarentena>> Acesso em: ago. 2020.

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos:** a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003. Vol. 1 (Serie saber com o outro).

\_\_\_\_\_. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: STRECK, D. R. (Org). **Pesquisa Participante.** O saber da partilha. 2 ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>> Acesso em: ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)> Acesso em: ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão** da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em ago. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOHN, M. da G. M. **Educação não-formal e cultura política.** 2ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LAURO DE FREITAS. **Criação do Conselho Municipal de Educação do Município de Lauro de Freitas.** 2007. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/l/lauro-de-freitas/lei-ordinaria/2007/128/1288/lei-ordinaria-n-1288-2007-dispoem-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-educacao-do-municipio-de-lauro-de-freitas-estado-da-bahia-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias?r=p>> Acesso em: 24 jul. 2020.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** 2 ed. rev. São Paulo: Intermeios, 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica:** Primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Equipe Técnica

---

### COORDENAÇÃO GERAL

---

**Washington Luis de Andrade Cardoso Júnior** ([xitaodabahia@gmail.com](mailto:xitaodabahia@gmail.com))

Professor de História – Ensino Fundamental / Anos Finais e EJA

Escola Municipal Miguel Arraes.

Diretor de Assuntos Educacionais do ASPROLF-SINDICATO

Licenciado em História – UFBA

Mestre em Educação – UFBA

Pesquisador da Linha de Política e Gestão da Educação – UFBA

---

### ESPECIALISTAS

---

**1. Alana Carneiro**

**2. Anderson Souza Neves**

**3. Ângelo Soares Castro** ([angelo.castro@gmail.com](mailto:angelo.castro@gmail.com))

Professor de Ciências – Ensino Fundamental / Anos Finais

Escola Municipal Ipitanga

Mestre em Bioquímica e Biologia Molecular – UFBA

Especialista em Biologia Celular – UFBA

Licenciado em Ciências Biológicas – UFBA

**4. Débora da Cruz Santos** ([debora.cruz@outlook.com](mailto:debora.cruz@outlook.com))

Professora da Educação Infantil

CMEI Marisa Letícia

Especialista em Alfabetização e Letramento e Psicopedagogia Institucional – CESAP

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia – FEBA/FAMETTIG

Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil, Crianças e Infâncias – Faced/UFBA.

**5. Lúcia Sacramento Costa**

**6. Marcelo Lefundes**

**7. Patrícia Raquel de Sousa Silva** ([prms@ufba.br](mailto:prms@ufba.br))

Professora de Ciências – Ensino Fundamental / Anos Finais

Escola Municipal Miguel Arraes

Mestre em Educação – UFBA

Licenciada em Ciências Naturais – UFBA

Integrante da Rede Kunhã Asé – Mulheres na Ciência / Instituto de Biologia – UFBA

**8. Raquel Maciel Paulo dos Anjos** ([raquelanjosfilosofia@gmail.com](mailto:raquelanjosfilosofia@gmail.com))

Professora de Filosofia - Ensino Fundamental / Anos Finais

Escola Municipal de Vida Nova

Mestranda em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – UNEB

Especialista em Arte- Educação – UFBA

Licenciada em Filosofia – UFBA

---

REVISÃO TEXTUAL

---

**Jaqueline Santos de Souza** (*jaquelinenglish@hotmail.com*)

Professora de Português e Inglês – Ensino Fundamental / Anos Finais

Escola Municipal Miguel Arraes

Doutoranda em Linguística Aplicada – UFBA

Mestre em Língua e Cultura – UFBA

Licenciada em Letras com Inglês e respectivas Literaturas – UCSAL

Pesquisadora na área de ensino-aprendizagem de línguas e formação continuada – UFBA.

## APÊNDICE B – Formulário para registro da narrativa docente

### Educação básica em tempos de Pandemia - Lauro de Freitas - ASPROLF

Em virtude da quarentena imposta pela pandemia, estamos impedidas(os) de estar nas Unidades Educativas realizando nossas atividades. Visando elaborar uma ação para toda rede Municipal de Lauro de Freitas, a Asprolf criou um grupo de trabalho para, juntamente com toda categoria, articular possibilidades educativas neste período de recolhimento. Para tanto, segue o formulário abaixo. Pedimos que preencha e juntxs busquemos soluções viáveis.

**\*Obrigatório**

Endereço de e-mail \*

Seu e-mail \_\_\_\_\_

Nome \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

Unidade de ensino (escola) \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

Segmento de atuação na rede de ensino de Lauro de Freitas \*

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental Anos Iniciais
- Ensino Fundamental Anos Finais

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Educação Especial e Inclusiva

Quais caminhos ou soluções você visualiza para o seu segmento de atuação para facilitar o acesso à educação no período de distanciamento social? \*

Sua resposta

---

Quais problemas e dificuldades você observa em seu segmento para o acesso à educação neste período de distanciamento social. \*

Sua resposta

---

Espaço aberto para comentários sobre o tema:

Sua resposta

---

Nome \*

Sua resposta

---

Unidade de ensino (escola) \*

Sua resposta

---

Segmento de atuação na rede de ensino de Lauro de Freitas \*

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental Anos Iniciais
- Ensino Fundamental Anos Finais
- Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Especial e Inclusiva

Quais caminhos ou soluções você visualiza para o seu segmento de atuação para facilitar o acesso à educação no período de distanciamento social? \*

Sua resposta

Quais problemas e dificuldades você observa em seu segmento para o acesso à educação neste período de distanciamento social. \*

Sua resposta

Espaço aberto para comentários sobre o tema:

Sua resposta

Enviar

Página 1 de 1

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

## APÊNDICE C – Plano de Ação – Geral



### GT – EDC – PLANO DE AÇÃO

**OBJETIVO:** Proposição de ações para realização junto às escolas, docentes e estudantes tendo em vista ampliar o suporte e acompanhamento dos estudantes e dos processos de ensino e aprendizagem durante o período de isolamento social por ocasião da pandemia de COVID-19.

**Público-Alvo:** Trabalhadoras e trabalhadores de Educação-Lauro de Freitas (BA)

AÇÃO	SEGMENTO	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Acessibilidade (internet)	TODOS	Estudantes	SEMED	
Ações pedagógicas - SEMED (levantamento e divulgação)	TODOS	Estudantes	SEMED	
Atividades impressas (elaboração e distribuição)	TODOS	Estudantes	Escola/SEMED	
Comunicação via redes sociais (Escola - Família)	TODOS	Estudantes	Escola/SEMED	
Formação docente para o uso das TICE's	TODOS	Docentes	SEMED/Parceiros	
Livro didático (distribuição)	TODOS	Estudantes	Escola/SEMED	
Materiais educativos virtuais (videoaulas, jogos e afins)	TODOS	Estudantes	SEMED/Parceiros	
Orientação psicológica aos profissionais da educação	TODOS	Profissionais da Educação	SEMED/Parceiros	
Plataforma educacional	TODOS	Estudantes	Escola/SEMED	
Suporte pedagógico (novas estratégias)	TODOS	Docentes	Escola/SEMED	
Tablets (aquisição e distribuição)	Ensino Fundamental	Estudantes	SEMED	
Avaliação de aprendizagem EJA (adaptadas ao isolamento social)	EJA	Estudantes	Escola/SEMED	

Diagnose EJA (Estágios de Aprendizagem)	EJA	Estudantes	Escola/SEMED	
Kit com materiais lúdicos (distribuição aos estudantes)	Educação Infantil	Estudantes	Escola/SEMED	
Orientação aos pais, mães e responsáveis (atividades da educação infantil)	Educação Infantil	Pais, Mães e responsáveis	Escola/SEMED	

## APÊNDICE D – Plano de Ação – Educação Infantil



### GT – EDC – PLANO DE AÇÃO

**OBJETIVO:** Proposição de ações para realização junto às escolas, docentes e estudantes tendo em vista ampliar o suporte e acompanhamento dos estudantes e dos processos de ensino e aprendizagem durante o período de isolamento social por ocasião da pandemia de COVID-19.

**Público-Alvo:** Trabalhadoras e trabalhadores de Educação - Lauro de Freitas (BA)

ACÃO	SEGMENTO	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Criação de estratégias eficazes ao suporte pedagógico	Educação Infantil	Docentes		
Formação para uso dos recursos tecnológicos		Docentes		
Fortalecer a comunicação entre a escola/família por meio do <i>WhatsApp</i>		Docentes		
Recurso e material adequado para produção das videoaulas		Docentes		
Orientação psicológica com o objetivo de auxiliar a reduzir a tensão		Docentes		
Acesso aos vídeos		Estudantes/Família		
Entrega de Atividades Impressas		Estudantes/Família		
Orientação aos pais em relação à realização das atividades		Estudantes/Família		
Uso de plataforma com atividades lúdicas e sequenciadas		Estudantes/Família		
Acesso às redes sociais ( <i>Facebook</i> e <i>WhatsApp</i> das escolas)		Estudantes/Família		
Enviar às famílias os kits com materiais pedagógicos (massa de modelar, lápis de cor, tinta guache, giz de cera, dentre outros)	Estudantes/Família			

## APÊNDICE E – Plano de Ação – Ensino Fundamental (Anos Iniciais)



### GT – EDC – PLANO DE AÇÃO

**OBJETIVO:** Proposição de ações para realização junto às escolas, docentes e estudantes tendo em vista ampliar o suporte e acompanhamento dos estudantes e dos processos de ensino e aprendizagem durante o período de isolamento social por ocasião da pandemia de COVID-19.

**Público-alvo:** Trabalhadoras e trabalhadores de Educação - Lauro de Freitas (BA)

ACÃO	SEGMENTO	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Formação de grupo de atenção pedagógica e psicopedagógica	Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Docentes/Estudantes		
Democratização da Internet		Docentes/Estudantes		
Formação de professores para uso das TICE's		Docentes		
Testes rápidos e aferição de temperatura		Docentes/Estudantes		
Plano de Trabalho Geral para o período de Pandemia;		Docentes		
Plataforma de Ensino Remoto;		Docentes/Estudantes		
Auxílio Internet		Docentes/Estudantes		
Distribuição do livro didático		Estudantes/Família		
Atividades Impressas (remoto)		Estudantes/Família		
Entrega de material escolar aos alunos como papel ofício;		Estudantes/Família		
Distribuição de Tablets;	Estudantes/Família			

APÊNDICE F – Plano de Ação – Ensino Fundamental (Anos Finais)



**GT – EDC – PLANO DE AÇÃO**

**OBJETIVO:** Proposição de ações para realização junto às escolas, docentes e estudantes tendo em vista ampliar o suporte e acompanhamento dos estudantes e dos processos de ensino e aprendizagem durante o período de isolamento social por ocasião da pandemia de COVID-19.

**Público-alvo:** Trabalhadoras e trabalhadores de Educação - Lauro de Freitas (BA)

AÇÃO	SEGMENTO PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Formação docente via parceria (SEMED-LF, SEAD-UFRB, IAT-SEC/BA, UAB-UFBA)	Ensino Fundamental (Anos Finais)	Docentes	
Fortalecimento dos grupos de comunicação <i>WhatsApp</i> (escola-família)		Escola-Família	
Criação/manutenção perfil em rede social da unidade escolar (escola-estudantes)		Comunidade Escolar	
Elaboração de Manual sobre Orientações para produção de videoaulas		Docentes	
Treinamento docente para uso da plataforma digital da rede		Docentes	
Atividades remotas (impressas)		Estudantes	
Distribuição de vídeos e/ou orientações via <i>WhatsApp</i>		Estudantes	
<i>Wi-Fi</i> disponível nas unidades escolares		Estudantes	
Tablets para os estudantes		Estudantes	

## APÊNDICE G – Plano de Ação – Educação de Jovens e Adultos (EJA)



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação



### GT – EDC – PLANO DE AÇÃO

**OBJETIVO:** Proposição de ações para realização junto às escolas, docentes e estudantes tendo em vista ampliar o suporte e acompanhamento dos estudantes e dos processos de ensino e aprendizagem durante o período de isolamento social por ocasião da pandemia de COVID-19.

**Público-alvo:** Trabalhadoras e trabalhadores de Educação - Lauro de Freitas (BA)

ACÇÃO	SEGMENTO	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Propor atividade diagnóstica para avaliar parâmetros básicos da aprendizagem	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Estudantes		
Avaliar a possibilidade de criar material utilizando as TICE's		Docentes		
Estimular a produção de material impresso pelos docentes (atividades gerais)		Docentes		
Estimular o uso do livro didático no preparo de atividades específicas por ciclo		Docentes		
Estudar a possibilidade de avaliar o desenvolvimento do estudante mantendo o distanciamento social.		Estudantes		